

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Organização da Justiça do Trabalho, Competência	25
1.1. Organização da Justiça do Trabalho	25
1.1.1. Introdução	25
1.1.2. Tribunal Superior do Trabalho	26
1.1.3. Tribunais Regionais do Trabalho	29
1.1.4. Juízes do trabalho.....	30
1.2. Juízo 100% digital.....	31
1.3. Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho.....	33
1.4. Dos distribuidores.....	33
1.5. Competência da Justiça do Trabalho	34
1.5.1. Jurisdição e competência	34
1.5.2. Competência em razão da matéria e da pessoa	35
1.5.2.1. Ações oriundas da relação de trabalho	36
1.5.2.2. Entes de direito público externo	39
1.5.2.3. Servidores da administração pública.....	40
1.5.2.4. Ações que envolvam o exercício do direito de greve	42
1.5.2.5. Ações sobre representação sindical.....	44
1.5.2.6. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	45
1.5.2.7. Conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista.....	47

1.5.2.8.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	48
1.5.2.9.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.....	50
1.5.2.10.	Execução de ofício das contribuições sociais	51
1.5.2.11.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	54
1.5.2.12.	Poder normativo	54
1.5.2.13.	Ações que versam sobre descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.....	54
1.5.2.14.	Homologação de Acordo Extrajudicial.....	54
1.5.3.	Competência territorial das Varas do Trabalho.....	56
1.6.	Resumo da matéria.....	58
1.7.	Questões Correlatas.....	67
	Gabarito	83
CAPÍTULO 2 – Ministério Público do Trabalho.....		85
2.1.	Ministério Público	85
2.1.1.	Princípios institucionais.....	85
2.1.2.	Princípio do promotor natural.....	86
2.1.3.	Dos instrumentos de atuação.....	86
2.1.4.	Autonomia Funcional, administrativa, financeira, iniciativa legislativa e elaboração de proposta orçamentária	90
2.1.5.	Procurador-Geral da República – requisitos para investidura e procedimentos para destituição	92
2.1.6.	Garantias, prerrogativas e vedações aos membros	92
2.1.6.1.	Garantias.....	92
2.1.6.2.	Prerrogativas	93
2.1.6.3.	Vedações	95
2.1.7.	Funções institucionais do Ministério Público	97
2.1.8.	Estrutura e abrangência.....	99

2.2.	Ministério Público do Trabalho	99
2.2.1.	Órgãos e atribuições do Ministério Público do Trabalho	99
2.2.2.	Atuação judicial: previsão legal, atuação como órgão agente e interveniente	101
2.2.2.1.	Previsão legal.....	101
2.2.2.2.	Atuação como órgão agente	103
2.2.2.3.	Atuação como órgão interveniente	104
2.2.3.	Atuação extrajudicial	105
2.3.	Resumo da matéria.....	106
2.4.	Questões correlatas.....	111
	Gabarito	112
CAPÍTULO 3 – Atos, Termos, Prazos e Nulidades Processuais.....		113
3.1.	Atos processuais.....	113
3.1.1.	Conceito	113
3.1.2.	Classificação	114
3.1.3.	Comunicação dos atos.....	115
3.1.4.	Publicidade	120
3.1.5.	Ato processual por <i>fac-símile</i>	122
3.1.6.	Informatização do processo judicial	122
3.1.6.1.	Do acesso	122
3.1.6.2.	Da disponibilidade do sistema	125
3.1.6.3.	Petiçãoes e documentos	126
3.1.6.4.	Atos Processuais	128
3.1.6.5.	Contagem dos Prazos Processuais	129
3.2.	Prazos processuais	130
3.2.1.	Contagem dos prazos.....	130
3.2.2.	Principais prazos trabalhistas.....	136
3.3.	Nulidades processuais	139
3.3.1.	Introdução	139

3.3.2. Vícios dos atos processuais	139
3.3.3. Princípios.....	141
3.4. Resumo da matéria.....	143
3.5. Questões Correlatas.....	154
Gabarito	161
 CAPÍTULO 4 – Partes e Procuradores	163
4.1. Partes.....	163
4.1.1. Conceito, denominação e capacidade.....	163
4.1.1.1. Conceito.....	163
4.1.1.2. Denominação.....	163
4.1.1.3. Capacidade	164
4.1.1.4. <i>Jus postulandi</i>	166
4.1.1.5. Representação e assistência	167
4.2. Procuradores.....	170
4.3. Justiça Gratuita.....	175
4.3.1. Beneficiários da justiça gratuita	175
4.3.2. Abrangência do benefício da justiça gratuita	177
4.3.3. Não extensão do benefício da justiça Gratuita	179
4.3.4. Modulação da concessão dos benefícios da justiça gratuita.....	180
4.3.5. Requerimento da gratuidade da justiça	180
4.3.6. Impugnação ao pedido de gratuidade da justiça	182
4.3.7. Recurso	182
4.4. Assistência judiciária.....	183
4.5. Substituição processual	185
4.6. Sucessão processual das partes e dos procuradores	188
4.7. Litigância de Má-fé.....	191
4.8. Honorários de advogado	192
4.9. Resumo da matéria.....	197

4.10. Questões Correlatas.....	209
Gabarito	219
CAPÍTULO 5 – Dissídio Individual.....	221
5.1. Procedimento comum.....	221
5.1.1. Postulação do autor.....	221
5.1.1.1. Reclamação verbal ou escrita	221
5.1.1.2. Requisitos da petição inicial trabalhista	222
5.1.1.3. Outros requisitos da petição inicial.....	223
5.1.2. Atos intermediários de órgãos auxiliares da Justiça	224
5.1.3. Resposta do réu.....	225
5.1.3.1. Espécies	225
5.1.3.2. Contestação	226
5.1.3.2.1. Prescrição	229
5.1.3.3. Exceção	238
5.1.3.3.1. Generalidades	238
5.1.3.3.2. Incompetência relativa.....	239
5.1.3.3.3. Suspeição e impedimento	241
5.1.3.4. Reconvenção.....	246
5.1.3.5. Impugnação ao valor da causa	248
5.1.4. Provas	250
5.1.4.1. Generalidades.....	250
5.1.4.2. Súmulas e OJs do TST sobre a Distribuição do Ônus da Prova	254
5.1.4.3. Meios de prova	256
5.1.4.3.1. Depoimento pessoal e interrogatório	256
5.1.4.3.1.1. Diferenciação	256
5.1.4.3.1.2. Confissão	258
5.1.4.3.2. Testemunhas.....	260

5.1.4.3.2.1. Conceito.....	260
5.1.4.3.2.2. Obrigação de testemunhar.....	261
5.1.4.3.2.3. Incapacidade, suspeição e impedimento de testemunha.....	261
5.1.4.3.2.4. Limite legal do número de testemunhas.....	262
5.1.4.3.2.5. Procedimentos na inquirição de testemunhas...	264
5.1.4.3.3. Documentos.....	266
5.1.4.3.3.1. Conceito	266
5.1.4.3.3.2. Momento da apresentação dos documentos	267
5.1.4.3.4. Perícia	268
5.1.5. Audiência	271
5.1.5.1. Generalidades.....	271
5.1.5.2. Audiência de conciliação e mediação.....	272
5.1.5.3. Fracionamento da audiência.....	273
5.1.5.4. Abertura.....	274
5.1.5.5. Primeira tentativa de conciliação.....	277
5.1.5.6. Postulação do réu.....	277
5.1.5.7. Instrução probatória.....	278
5.1.5.8. Razões finais	279
5.1.5.9. Segunda tentativa de conciliação	279
5.1.5.10. Audiência Telepresencial e por Videoconferência.....	280
5.1.6. Sentença	282
5.1.6.1. Improcedência Liminar do Pedido	287
5.1.6.2. Julgamento Antecipado Parcial do Mérito	288
5.2. Coisa julgada	289
5.3. Procedimento sumaríssimo.....	290

5.4.	Procedimento sumário.....	292
5.5.	Comissões de conciliação prévia	293
5.6.	Resumo da matéria.....	295
5.7.	Questões Correlatas.....	318
	Gabarito	352
CAPÍTULO 6 – Recursos Trabalhistas.....		355
6.1.	Conceito e natureza jurídica	355
6.2.	Princípios recursais	356
6.2.1.	Duplo grau de jurisdição.....	356
6.2.2.	Princípio da unirrecorribilidade	356
6.2.3.	Princípio da fungibilidade ou conversibilidade.....	357
6.2.4.	Princípio da voluntariedade	357
6.2.5.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	358
6.3.	Peculiaridades recursais.....	359
6.3.1.	Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	359
6.3.2.	Inexigibilidade de fundamentação.....	359
6.3.3.	Efeito devolutivo dos recursos	360
6.3.4.	Uniformidade de prazo para recurso	360
6.3.5.	Instância única nos dissídios de alçada	361
6.4.	Efeitos dos recursos	363
6.4.1.	Devolutivo.....	363
6.4.2.	Suspensivo	363
6.4.3.	Translativo	363
6.4.4.	Substitutivo	364
6.4.5.	Extensivo.....	364
6.4.6.	Regressivo.....	364
6.5.	Juízos de admissibilidade	365
6.6.	Pressupostos recursais objetivos e subjetivos.....	366
6.6.1.	Objetivos.....	366
6.6.2.	Subjetivos.....	380

6.7.	Recursos em espécies	381
6.7.1.	Recurso ordinário	381
6.7.2.	Embargos de declaração.....	388
6.7.3.	Agravo de petição	390
6.7.4.	Agravo de instrumento	391
6.7.5.	Recurso de revista.....	395
6.7.5.1.	Natureza do recurso de revista.....	395
6.7.5.2.	Hipóteses de cabimento.....	396
6.7.5.2.1.	Hipóteses específicas de cabimento do recurso de revista.....	396
6.7.5.3.	Prequestionamento.....	402
6.7.5.4.	Transcendência.....	403
6.7.5.5.	Recursos repetitivos.....	404
6.7.5.5.1.	Proposta de afetação	405
6.7.5.5.2.	Processamento	405
6.7.5.5.3.	Julgamento	407
6.7.5.5.4.	Questão constitucional	408
6.7.6.	Embargos	409
6.7.7.	Agravo regimental e interno.....	413
6.7.8.	Recurso adesivo.....	416
6.7.9.	Recurso extraordinário.....	419
6.7.10.	Pedido de revisão	421
6.8.	Reclamação correicional	422
6.9.	Incidente de assunção de competência.....	423
6.10.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	423
6.11.	Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal	426
6.12.	Resumo da matéria.....	428
6.13.	Questões correlatas.....	443
	Gabarito	466

CAPÍTULO 7 – Execução Trabalhista	469
7.1. Introdução	469
7.2. Legitimidade	471
7.2.1. Ativa	471
7.2.2. Passiva	472
7.2.3. Desconsideração da personalidade jurídica do executado ...	473
7.3. Responsabilidade patrimonial do devedor	478
7.4. Títulos executivos trabalhistas judiciais e extrajudiciais.....	479
7.5. Execução provisória e definitiva.....	480
7.5.1. Execução provisória	480
7.5.1.1. Conceito.....	480
7.5.1.2. Requisitos para instrução	481
7.5.2. Execução definitiva	482
7.6. Liquidação da sentença.....	482
7.6.1. Introdução	482
7.6.2. Modalidades.....	484
7.6.2.1. Liquidação por cálculo	484
7.6.2.2. Liquidação por arbitramento.....	487
7.6.2.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	488
7.6.2.4. Impugnação à sentença de liquidação.....	489
7.7. Execução por quantia certa contra devedor solvente – processamento	490
7.7.1. Citação, pagamento, depósito para apresentação de embargos.....	490
7.7.2. Nomeação de bens à penhora.....	492
7.7.3. Penhora	494
7.7.3.1. Introdução	494
7.7.3.2. Bens impenhoráveis	496
7.7.3.3. Execução por carta	499
7.7.4. Embargos à execução.....	500
7.7.4.1. Matéria arguível	500

7.7.4.2. Prazo e procedimento	502
7.7.5. Exceção de pré-executividade	503
7.7.6. Prescrição intercorrente	505
7.7.7. Embargos de Terceiro	508
7.7.8. Avaliação, leilão, arrematação, adjudicação, remição e alienação por iniciativa particular	510
7.7.8.1. Avaliação.....	510
7.7.8.2. Leilão	511
7.7.8.3. Arrematação	514
7.7.8.4. Adjudicação.....	518
7.7.8.5. Remição	519
7.7.8.6. Suspensão e extinção da execução	520
7.7.8.7. Alienação por iniciativa particular.....	524
7.8. Execução contra a massa falida.....	525
7.9. Execução de contribuição previdenciária	528
7.10. Execução contra a Fazenda Pública	538
7.10.1. Introdução	538
7.10.2. Prazo para oferecimento de embargos	540
7.10.3. Precatório	541
7.10.4. Débitos de pequeno valor	545
7.10.5. Regime especial de liquidação dos precatórios – art. 97 do ADCT	547
7.11. Execução por Prestações Sucessivas.....	553
7.12. Da certidão negativa de débitos trabalhistas.....	553
7.13. Hipoteca judiciária, protesto de decisão judicial e inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	554
7.13.1. Hipoteca judiciária.....	555
7.13.2. Protesto judicial	556
7.13.3. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	556
7.14. Resumo da matéria.....	557

7.15. Questões Correlatas	569
Gabarito	585
CAPÍTULO 8 – Procedimentos Especiais	587
8.1. Ação rescisória	587
8.1.1. Conceito e cabimento	587
8.1.2. Requisitos	588
8.1.3. Competência	590
8.1.4. Legitimidade.....	591
8.1.5. Ação rescisória e sentença homologatória de acordo	592
8.1.6. Juízo rescindente e rescisório.....	593
8.1.7. Hipóteses de cabimento	594
8.1.8. Petição inicial.....	604
8.1.9. Processamento	606
8.1.10. Prazo	607
8.1.11. Recurso.....	609
8.2. Mandado de segurança.....	610
8.2.1. Conceito e natureza jurídica.....	610
8.2.2. Competência	610
8.2.3. Condições específicas e hipóteses de cabimento.....	612
8.2.4. Não cabimento	613
8.2.5. Processamento	615
8.3. Ação civil pública	622
8.3.1. Conceito	622
8.3.2. Cabimento na Justiça do Trabalho	622
8.3.3. Proteção dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	624
8.3.4. Competência material e territorial	627
8.3.5. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	628
8.3.6. Outros legitimados e litisconsórcio	630
8.3.7. Objeto.....	631

8.3.8.	Tutela preventiva.....	632
8.3.9.	Prescrição.....	632
8.3.10.	Coisa julgada e litispendência.....	633
8.4.	Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais.....	635
8.5.	Tutelas provisórias de urgência e evidência	639
8.5.1.	Tutelas de urgência e evidência	639
8.5.1.1.	Espécies de tutelas de urgência.....	639
8.5.1.1.1.	Tutela de urgência antecipada	640
8.5.1.1.2.	Tutela de urgência cautelar	641
8.5.1.2.	Tutela de evidência.....	642
8.6.	Homologação de acordo extrajudicial	642
8.7.	Resumo da matéria.....	643
8.8.	Questões Correlatas.....	654
	Gabarito	660
CAPÍTULO 9 – Dissídio Coletivo		661
9.1.	Dissídio coletivo.....	661
9.1.1.	Conceito	661
9.1.2.	Poder normativo.....	662
9.1.3.	Cabimento	664
9.1.4.	Classificação	665
9.1.5.	Partes e iniciativa.....	666
9.1.6.	Competência de julgamento.....	668
9.1.7.	Procedimento	669
9.1.8.	Cláusulas constantes no dissídio coletivo.....	671
9.2.	Sentença normativa.....	672
9.2.1.	Conceito e natureza.....	672
9.2.2.	Início da vigência	672
9.2.3.	Prazo	673
9.2.4.	Efeitos e coisa julgada.....	673

9.2.5. Recursos – efeitos	674
9.2.6. Extensão.....	675
9.2.7. Revisão	675
9.2.8. Ação de cumprimento.....	676
9.3. Dissídio coletivo no serviço público.....	678
9.4. Resumo da matéria.....	679
9.5. Questões Correlatas.....	684
Gabarito	688